

A cor branca como critério de acolhida para refugiados: o caso de belgas na África do Sul do Apartheid durante a Crise do Congo

*Felipe Honorato*¹

*Guilherme de Freitas*²

*Valéria Barbosa de Magalhães*³

Resumo: O presente trabalho analisa, a partir de uma revisão bibliográfica, o processo que levou a população belga branca que vivia no antigo Congo Belga (atual República Democrática do Congo), a conseguir refúgio na África do Sul durante a Crise do Congo, e como o fato de serem brancos e europeus foi determinante para tal acolhimento, já que a África do Sul vivia então sob um regime colonial que, por sua vez, matinha vigente o regime de segregação racial denominado Apartheid.

Palavras-chave: Congo Belga. Refúgio. África do Sul. República Democrática do Congo. Crise do Congo. Apartheid.

White skin color as a criterion for welcoming refugees: the case of Belgians in Apartheid's South Africa during the Congo Crisis

Abstract: This paper analyzes how the white Belgian population in the former Belgian Congo (now the Democratic Republic of the Congo) obtained refuge in South Africa during the Congo Crisis. It tries to understand the ways in which whiteness and the

¹ Doutorando em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: felipe.honorato@alumni.usp.br

² Doutorando em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: guilhermespfreitas@usp.br

³ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP. E-mail: vbmagalhaes@usp.br

European citizenship were decisive for such reception, considering that South Africa was under the colonial regime that was based on the racial segregation, the Apartheid. This article is based on a bibliographic review.

Keywords: Belgian Congo. Refuge. South Africa. Democratic Republic of the Congo. Congo Crisis. Apartheid.

La color blanca como criterio de acogida de refugiados: el caso de los belgas en la Sudáfrica del Apartheid durante la Crisis del Congo

Resumen: El presente trabajo analiza, a partir de una revisión bibliográfica, el proceso que llevó a la población blanca belga que habitaba en el antiguo Congo Belga (actual República Democrática del Congo), a obtener refugio en Sudáfrica durante la Crisis del Congo, y cómo el hecho de ser blanco y europeo fue determinante para tal recepción, ya que Sudáfrica vivía entonces bajo un régimen colonial que, a su vez, mantenía vigente el régimen de segregación racial denominado Apartheid.

Palabras clave: Congo Belga. Refugio. Sudáfrica. República Democrática del Congo. Crisis del Congo. Apartheid.

Introdução

O antigo Congo Belga (atual República Democrática do Congo) obteve sua independência política da Bélgica em 1960. Acreditando que a emancipação findaria a subordinação a oficiais belgas, soldados do exército congolês se viram frustrados quando Émile Janssens, comandante belga da *Force Publique*, declarou que nada mudaria em suas tropas após a conquista da autodeterminação. Janssens, portanto, não reconheceu o processo de independência (KENYON, 2018; OTHERN, 2018).

A fala de Janssens desencadeou um processo de insubordinação que tomou quartéis de todo o país e atingiu as cidades de forma geral: lojas e outros negócios de belgas e/ou europeus foram incendiados, mulheres brancas foram estupradas. A população proveniente da antiga metrópole colonial no Congo começou então

a fugir e os belgas⁴ encontraram abrigo notadamente em territórios pertencentes à África do Sul (KENYON, 2018; OTHERN, 2018), país que vivia sob o regime de segregação racial denominado Apartheid (PASSEMIERS, 2022).

Com base em uma revisão bibliográfica, o presente artigo analisará o processo que levou a população belga branca a conseguir refúgio na África do Sul e como o fato de serem brancos e europeus foi determinante para tal acolhimento⁵.

O artigo será iniciado com a contextualização histórica do Congo, partindo do processo colonial e sua posterior independência, passando depois pela Primeira República e pela Crise do Congo. Em seguida, será apresentado o contexto do Apartheid na África do Sul e, depois, dos refugiados belgas no país durante o Apartheid. As *Considerações Finais* encerrarão o argumento central do texto evidenciando as relações entre a branquitude e o acolhimento dos belgas durante o Apartheid.

Uma breve contextualização histórica

A forte segregação racial na sociedade colonial congoleza

A atual República Democrática do Congo foi uma colônia belga de 1885 a 1960. Neste período de 75 anos, no entanto, não

⁴ Os “belgas”, referidos neste artigo, englobam cidadãos do país europeu e, eventualmente, brancos representantes dos interesses da administração ou residentes no Congo, nascidos em África ou não.

⁵ O texto conta com resultados parciais das pesquisas de doutorado *Le Soir, Le Monde, Folha de São Paulo: análise de abordagens sobre a diáspora congoleza*, que está sendo elaborada por Felipe Antonio Honorato, sob orientação da professora Valéria Barbosa de Magalhães. Serão considerados também os resultados parciais da pesquisa de doutorado *Análise das Ondas migratórias ao estado de São Paulo no século XXI: a Copa dos Refugiados e Imigrantes*, de Guilherme Silva Pires de Freitas, sob orientação de Marco Antonio Bettine de Almeida. Ambos são alunos do Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).

houve uma homogeneidade do sistema de ocupação, exploração e espoliação adotado pela metrópole europeia em sua possessão ultramarina. Esse interstício pode ser assim dividido: de 1885 a 1908, anos em que a colônia se tornou o Estado Livre do Congo; e de 1908 a 1960, quando o Congo se chamou Congo Belga e integrou, oficialmente, o antigo Império Colonial Belga.

No Congo Belga, a questão racial era evidente, pois os brancos evitavam o convívio social com negros. Havia leis que permitiam castigos físicos e delimitavam as posições que congolezes negros poderiam alcançar dentro do serviço público (MERRIAM, 1963) e os bairros das cidades eram segregados: existiam os bairros das populações brancas e os bairros das populações negras (MERRIAM, 1963). Apenas em 1957 o ódio racial foi abolido por lei e, em 1958, a primeira família negra se mudou para o setor branco de Leopoldville (MERRIAM, 1963).

Apesar da educação primária e profissional terem se massificado na colônia, a educação superior seguiu tendência contrária: ela tardou a ser introduzida no Congo, pois os belgas viam o acesso à universidade por parte dos congolezes como um risco de construir contestadores ao regime colonial (MERRIAM, 1963). Desta forma, o primeiro congolês⁶ ao qual foi permitido sair do país para que recebesse ensino superior foi Thomaz Kanza, em 1952, que foi estudar na Bélgica (MERRIAM, 1963). A constituição de universidades no Congo Belga tardou ainda mais: a Universidade de Lovanium abriu seus cursos em fevereiro de 1956, na região de Kinshasa (então Leopoldville), e a Universidade Oficial do Congo Belga e Ruanda-Urundi inaugurou suas aulas no outono de 1956, em Lubumbashi (então Elizabethville) (MERRIAM, 1963).

Em 1955, o rei belga Balduíno I visitou Leopoldville. Os congolezes esperavam que o soberano se comprometesse a acabar com a situação de repressão e segregação que havia na colônia, o que não aconteceu (MERRIAM, 1963): “o rei limitou-se a apelar

⁶ Neste artigo, “congolezes” são as pessoas negras ou mestiças (ou *petit blancs*) não belgas, nascidas dentro do território que hoje corresponde à República Democrática do Congo.

a uma união mais íntima e estreita entre a Bélgica e sua colônia e a invocar a mística comunidade de destino que ligava uma à outra” (MUNANGA, 2008, p.87). A divisão racial permaneceu e o descontentamento dos congolese culminou, nos anos 1960, no processo de independência e na Crise do Congo.

A segregação no exército congolês

A *Force Publique* do Congo era composta por 24.000 soldados e 1.000 oficiais belgas (OTHEN, 2018). Segundo Christopher Othen (2018), um soldado escreveu no jornal *Emancipation*, em abril de 1960, que o que havia nas forças armadas era uma relação de dominação entre os oficiais belgas e os soldados africanos, o que tornava estes últimos escravos racialmente inferiores. Ainda segundo o relato, eles eram arbitrariamente punidos pelos superiores hierárquicos por serem “macaques” (na sociedade colonial congolese, os mais severos insultos raciais eram *sale macaque* ou “macaco sujo”, em tradução livre para o português, e *flamand*, termo depreciativo para se referir aos belgas dos Flandres, supostamente inferiores aos seus conterrâneos da Valônia) (OTHEN, 2018).

No momento da independência política congolese, alguns poucos nativos haviam sido promovidos a sargentos e apenas 20 cadetes aspirantes a oficiais congolese tinham recebido treinamento para oficiais em uma academia militar em Bruxelas (OTHEN, 2018).

O processo congolês de independência

Na data de 04 de janeiro de 1959 (KENYON, 2018), uma confusão ocorrida em um encontro da *Alliance of Abako* (grupo influente na politização do Congo Belga e posteriormente partido político) acabou com a *Force Publique* abrindo fogo contra uma multidão africana (MUNANGA, 2008). O episódio se transformou em um motim que durou três dias e matou, oficialmente, quarenta

e sete pessoas⁷ (KENYON, 2018). Isto serviu de gatilho para que aquele ano fosse marcado por uma série de manifestações, muitas delas terminadas em violência, em favor do fim do sistema colonial.

O efeito desse evento foi a convocação, por parte dos belgas, de uma mesa-redonda para negociação com todos os chefes políticos congolese, entre 20 de janeiro e 20 de fevereiro de 1960, em Bruxelas (MUNANGA, 2008). Os líderes congolese foram irredutíveis quanto à independência, exigindo-a a curto prazo (MUNANGA, 2008). Um processo de independência muito longo poderia passar, aos olhos do mundo e dos congolese, a impressão de que as lideranças nacionais eram coniventes com a agenda imperialista, além de uma questão de *timing*, já que, naquele momento, a ONU e as duas grandes potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética (URSS), eram a favor da autodeterminação (KENYON, 2018). Os belgas aceitavam a independência política, mas o seu ideal de relações neocoloniais com o Congo não incluía mudanças significativas na administração do Portfólio Congo⁸.

No fim, todos foram surpreendidos quando a metrópole não só aceitou a independência, mas também determinou a data de 30 de junho de 1960 (CORNEVIN, 1972) como o dia da passagem do poder político para os congolese – apenas três meses após o fim das negociações em Bruxelas. Munanga sugere que nada foi por acaso:

Os meios políticos belgas, em seu cálculo maquiavélico, resolveram outorgar-lhes a independência no justo momento que eles não saberiam como e o que fazer com ela, pois não havia nenhum quadro administrativo africano experiente e competente. Bem! Não tendo um quadro administrativo experiente, o governo independente iria necessariamente precisar, ainda por certo tempo, do quadro administrativo

⁷ Kenyon (2018), traz que talvez o número real seja muito superior: trezentos mortos.

⁸ Conjunto de empresas de capital misto criado com o Congo Belga para explorar a riqueza congolese.

colonial composto de brancos. A mesma dificuldade se apresentava no plano militar que, até então, contava somente com o comando dos oficiais belgas. Estando a administração pública e o exército ainda inteiramente nas mãos dos colonizadores de ontem, os governantes de hoje não tinham outra saída a não ser curvar-se a uma situação de continuidade, ou seja, de uma independência fictícia e nominal. Mais do que isso: vale lembrar que na data de proclamação da independência, em 30 de junho de 1960, o país tinha apenas nove jovens universitários inexperientes recém-formados que, por mais competentes e voluntaristas que fossem, não seriam numericamente suficientes para administrar um país tão grande territorialmente (MUNANGA, 2008, p. 92).

Em maio de 1960 foram realizadas eleições provinciais e nacionais no Congo (MUNANGA, 2008). Como havia sido determinado na Lei Fundamental, que fazia o papel de uma constituição provisória, o país teria um presidente e um primeiro-ministro, além de ter se tornado uma república parlamentar (MUNANGA, 2008). No seu primeiro pleito, o Congo elegeu Joseph Kasa-Vubu como presidente e Patrice Emery Lumumba, líder do Movimento Nacional Congolês (MNC), como primeiro-ministro (MUNANGA, 2008). Iniciava-se oficialmente a chamada Primeira República no Congo.

A Primeira República e a Crise do Congo (1960-1965)

A emergência de Lumumba ao poder, sua imagem de radical e o medo de que ele se aproximasse do comunismo, produziram reações.

A província do Catanga iniciou um processo de separação do Congo que foi oficializado em 11 de julho de 1960, data na qual Moise Tshombe, jovem homem de negócios que tinha entrado na política e se tornado governador da província (KENYON, 2018), ratificou a intervenção belga na região (MUNANGA, 2008). Este fato deixou Patrice Lumumba de mãos atadas, afinal aquela

província, a mais rica em recursos minerais, representava 45% do produto interno bruto do recém-independente país (MUNANGA, 2008). Esse processo serviu, primeiro, a uma tentativa de forças congoleesas se oporem a Lumumba e, segundo, para que interesses econômicos ocidentais fossem salvaguardados.

A justificativa para tal intervenção baseou-se em uma série de fatos que se desencadearam ao longo dos dias anteriores. Seis dias após a independência, Émile Janssens, chefe da *Force Publique*, disse para centenas de soldados negros africanos que em seu exército nada mudaria com a retomada da autodeterminação pelos congolezes (KENYON, 2018). O teor da fala de Janssens se espalhou na corporação e um motim nas forças armadas se iniciou, pondo quase a totalidade das tropas em situação de insubordinação a Lumumba: os soldados exigiam a africanização dos quadros de comando da armada e a destituição do general belga (MUNANGA, 2008). Grupos começaram a atacar europeus e a estuprar mulheres brancas (KENYON, 2018). Em Elizabethville, capital do Catanga, negócios pertencentes a brancos foram saqueados e queimados, além do assassinato de cinco europeus (KENYON, 2018). Em nome da defesa desses cidadãos, aviões com paraquedistas belgas começaram a pousar na província em 10 de julho de 1960 (KENYON, 2018). Lumumba, para contornar o motim, propôs a promoção de todos os soldados para um cargo acima do que ocupavam, além de nomear como Coronel Chefe do Estado-Maior Joseph Mobutu, congolês e até então jornalista (KENYON, 2018). A saída encontrada por ele, porém, não foi suficiente para conter os motins (MUNANGA, 2008).

As crises no Catanga e no exército se espalharam pelo país: outras províncias, como a Kasai do Sul, maior região produtora de diamantes industriais do mundo (KENYON, 2018), seguiram os passos do Catanga e declararam sua separação do Congo.

Patrice Lumumba, em uma última tentativa de manter o controle do país e “confirmando” as suspeitas ocidentais que pairavam sobre ele, enviou um telegrama a Moscou sem o conhecimento do presidente, pedindo auxílio a Nikita Khrushchev, o então mandatário soviético (KENYON, 2018).

Nos dias seguintes, agentes da CIA alegaram ter visto a chegada de aviões da URSS ao Congo carregando militares e equipamentos (KENYON, 2018). A Abako se voltou contra o primeiro-ministro e Joseph Kasa-Vubu, líder do partido político, decretou a revogação do mandato de Patrice Lumumba, além da dissolução do governo nacional. Lumumba, por sua vez, não aceitou a medida do presidente Kasa-Vubu e o revogou do cargo. Mobutu, como chefe do exército, determinou que as forças armadas comandassem o país até o fim daquele ano (KENYON, 2018).

Soldados da ONU estavam no país a pedido do primeiro-ministro e do presidente. Coube a essa organização internacional, através de uma reunião da Assembleia Geral ocorrida em novembro de 1960, opinar se a decisão de Kasa-Vubu tinha validade legal ou não (KENYON, 2018). O lobby praticado pelos Estados Unidos (que estavam empenhados para que o Congo não entrasse para a esfera de influência soviética) prevaleceu e Patrice Lumumba foi oficialmente destituído do posto de primeiro-ministro (KENYON, 2018).

Belgas e estadunidenses começaram a traçar planos para afastar derradeiramente a sombra de Lumumba, orquestrando o seu assassinato. Após a decisão, tomada em Nova Iorque, a casa do líder congolês em Leopoldville foi cercada por tropas do exército. Elas só não agiram porque soldados ganeses da ONU já haviam sido alertados das ameaças contra Lumumba e estavam protegendo a sua residência (KENYON, 2018). Após uma bem-sucedida fuga do cerco, em 27 de novembro de 1960, um comboio com Patrice Lumumba e outras figuras próximas e leais a ele foi interceptado pelas novas forças governamentais a caminho de Stanleyville, seu reduto (KENYON, 2018). Lumumba foi capturado, torturado e enviado ao Catanga, onde foi assassinado em 17 de janeiro de 1961 (MUNANGA, 2008). Seu corpo, no dia seguinte, foi exumado, desmembrado e dissolvido em ácido (KENYON, 2018).

Após a morte do primeiro-ministro, o Congo eclodiu em rebeliões provinciais alimentadas por mercenários e tropas belgas. A situação no país mudou em 1965, com a instauração de uma ditadura: Joseph Mobutu promoveu um golpe militar que o colocou no comando do país e nesta posição ele ficou por trinta e dois anos.

O rompante de violência desencadeado pela Crise do Congo

Após a declaração de Émile Janssens, comandante da *Force Publique*, ter desencadeado um motim dentro do exército congolês que se espalhou pelo país, havia também um descontentamento dos membros congolese das forças armadas em relação a Patrice Lumumba e o governo do Congo independente. Lumumba, consciente da falta de congolese treinados e experientes para assumir os cargos mais altos da *Force Publique* após a independência, disse que nenhum nativo de fato o faria antes de receber treinamento adequado (OTHEN, 2018). Os parlamentares congolese, por sua vez, em 4 de julho de 1960, subiram seus próprios salários de 100.000 francos ao ano para 500.000 francos e prometeram a todos os funcionários públicos um aumento, exceto para os soldados - havia um grande ressentimento pela repressão nos anos do domínio colonial (OTHEN, 2018). A revolta dos soldados tomou contornos violentos, principalmente para a população belga feminina.

Em 7 de julho de 1960, Patrice Lumumba realizou uma conferência de imprensa em Léopoldville para negar qualquer rumor sobre saques e estupros (OTHEN, 2018). Na mesma data, uma composição lotada de europeus fugindo do surto de violência chegou à cidade vindo de Thysville (OTHEN, 1998).

Nos dias subsequentes, situações de violência se intensificaram, mesmo com os já citados esforços do primeiro-ministro para acalmar os ânimos dos membros da *Force Publique* (OTHEN, 2018). Lazlo Passemiers (2022), no entanto, destaca que tais situações extremas ocorreram, mas que foram minoria: uma comissão belga de inquérito, estabelecida em julho de 1960 para investigar ataques contra brancos no Congo após a independência, concluiu, depois de entrevistar cerca de 16 mil testemunhas, que, por exemplo, as mortes por arma de fogo foram poucas e, na maioria delas, não havia a intenção de matar - muitos dos ouvidos disseram que existia uma ordem para congolese não atirarem em belgas (PASSEMIERS, 2022). Para ele, o maior motivo de pânico entre a

população branca⁹ foi justamente o medo de, perdendo o controle do país, viver em uma terra em que o governo era de africanos e, esses africanos, praticarem o que o autor chama de “*retribution by the colonized*” (PASSEMIERS, 2022, p. 43).

Com tal conjuntura, a população branca presente no Congo começou a fugir, ou para a Europa, ou para territórios próximos que ainda permaneciam sob domínio colonial (PASSEMIERS, 2022). Alguns atravessaram o rio Congo e foram para Brazzaville, até a ligação fluvial com a capital do antigo Congo francês ser suspensa (OTHEN, 2018); outros escaparam para Angola, Quênia e Uganda (OTHEN, 2018). A Sabena, companhia aérea belga, deslocou sua frota para a capital congoleza, onde operou até a noite de 8 de julho, quando soldados congolezes ocuparam o aeroporto (OTHEN, 2018). Em pouco tempo, o número de belgas vivendo no Congo caiu vertiginosamente¹⁰.

A África do Sul e o Apartheid

Enquanto isso, na África do Sul vigorava o Apartheid, uma política segregacionista fundada na desigualdade, no racismo, na exploração e na repressão de uma minoria que se apoderava da riqueza e do poder em meio a uma massa de indigentes (CHANAIWA, 2010, p. 302). Instituída em 1948 após a vitória do

⁹ Em 1959, da população total de 13.100.000 pessoas no Congo, 109.000 habitantes eram brancos, 80% deles belgas. Dentre essa minoria demográfica, a quantidade de pessoas que gozavam do direito à longa permanência no território era pequena: cerca de 9.000 brancos, a maioria belgas. Majoritariamente, os europeus eram trabalhadores com contratos de curta duração. Além disso, a mobilidade espacial entre as elites brancas do sudeste e leste africanos era grande: eles iam para onde as oportunidades fossem mais abundantes (PASSEMIERS, 2022).

¹⁰ Em Léopoldville, a população de belgas caiu de 18.000 pessoas para 2.500 pessoas; em Stanleyville, a queda foi de 5.000 para 300 belgas; já em Luluabourg, o decréscimo foi de 6.000 para 200 habitantes provenientes da antiga metrópole colonial (OTHEN, 2018).

Partido Nacional, este regime racial favorecia e concedia privilégios à minoria branca do país, ante a maioria negra.

Os ideais segregacionistas de raça na África do Sul são bastante antigos, remontando a disputas coloniais desde o século XVII (PEREIRA, 2012, p. 39-40). Foi no início do século XX, porém, após a criação da União Sul-Africana, em 1910, que as práticas de segregação racial finalmente foram efetivadas e gradualmente institucionalizadas. Nos primeiros anos da União, a população negra passou a ser privada de seus direitos a voto e à propriedade de terra, além de perder direitos trabalhistas e ser impedida de se instalar em determinadas cidades (PEREIRA, 2012, p. 56-57). Com o passar dos anos outras medidas racistas foram aplicadas, como restrições no espaço público, expulsão da população negra de suas terras, obrigatoriedade do uso de passe de circulação para negros e mestiços, proibição de casamentos interraciais entre outras, até que, em 1948, o líder do Partido Nacional de extrema-direita, Daniel Malan, intensificou as medidas segregacionistas e decretou o Apartheid, que perdurou até 1994.

O Apartheid não foi estabelecido prontamente. Antes, ocorreram algumas contestações referentes à questão trabalhista, que geraram duas demandas políticas. Uma defendia a separação total entre brancos e negros, alegando que os negros seriam maioria no futuro e a população branca estaria em uma situação de risco. Essa corrente era simpática a imigração de trabalhadores brancos do exterior, abrindo caminho para que os belgas fugidos do Congo Belga, décadas depois, chegassem ao país. A outra corrente defendia a manutenção da mão-de-obra negra, por ser mais barata e de menor dano a seus patrimônios. Novas leis limitaram a contratação de trabalhadores negros ou os impediram de trabalhar em determinados locais (PEREIRA, 2012, p. 62-63).

Foi a chegada do Partido Nacional ao poder, em 1948, porém, que instituiu oficialmente a política do Apartheid. Segundo Pereira (2012, p. 59), os ideais nacionalistas e fascistas foram os principais elementos para a vitória do Partido Nacional e consequentemente a implementação do Apartheid. Segundo a autora:

Na década de 1940, com a crescente urbanização, o medo da “inundação negra” se tornou expediente para os ideólogos africânderes enfatizarem a pureza étnica e a necessidade de evitar a miscigenação. Nessa direção foi criada a agressiva ideologia do Partido Nacional, de racismo explícito, que se cristalizaria no Apartheid. (PEREIRA, 2012, p. 59)

Pereira (2012, p. 59) recorda ainda que o fator econômico foi outro ponto decisivo para a aplicação do Apartheid na sociedade sul-africana. O Partido Nacional triunfou na eleição de 1948 graças ao uso da ideologia nacionalista e à votação massiva que recebeu dos africânderes, que culpavam a elite da época pela situação de pobreza que parte da população branca no país passava, formada em sua maioria pela parcela britânica:

A maior parte dos africânderes se sentia inferior em relação aos demais brancos. Eles tinham nível educacional inferior e renda *per capita* também menor. Logo, seu lugar na economia era reduzido. Tudo isso os levava a culpar o sistema britânico por esta situação (PEREIRA, 2012, p. 59)

Sofrendo com uma política cada vez mais repressiva e agressiva por parte do governo, a população negra passou a se organizar visando resistir à violência do Estado. Inicialmente, esta resistência foi pacífica com protestos nas ruas. Após um massacre durante uma manifestação popular em 1960, porém, no bairro de Shaperville em Joanesburgo,¹¹ parte da população negra aderiu a ações mais agressivas e à resistência armada. Como punição, o governo do país banuiu as principais forças políticas negras do país,

¹¹ No dia 28 de março de 1960 ocorreram protestos pacíficos no bairro de Shaperville, em Joanesburgo, porém, na tentativa de acabar com os atos, as forças policiais abriram fogo contra a multidão que estava desarmada, deixando 72 pessoas mortas e outras 186 feridas (CHANAIWA, 2010, p. 310).

o CNA¹² e o PAC¹³, que resolveram formar seus braços armados. Ambas contaram com o apoio de membros do Partido Comunista, que já estava na ilegalidade desde a década de 1950. Os grupos armados participaram de ações de sabotagem e guerrilha, além de receberem apoio de parte da população oprimida (PEREIRA, 2012, p. 77). Somou-se a essa tensão a criação dos bantustões, uma estratégia branca que visava concentrar grupos étnicos da população negra em territórios homogêneos. Desta forma, os negros seriam reagrupados segundo suas etnias, os separando e evitando que se formasse uma união nacional da população segregada. Além de enfraquecer o nacionalismo negro, o governo buscava fortalecer a supremacia branca e estimular animosidades entre os diversos grupos étnicos no país. Chanaiwa (2010, p. 307-308) define os bantustões como “um princípio de dividir para reinar”.

A principal e mais famosa liderança negra durante o período do Apartheid foi Nelson Mandela. Advogado e militante político, Mandela foi preso em 1962, acusado de cometer quatro crimes. Condenado a dois anos e depois à prisão perpétua, após um julgamento amplamente divulgado pela imprensa nacional e internacional, o próprio Mandela considerou que sua condenação havia sido “um alívio”, já que ele esperava ser sentenciado à morte (MANDELA, 1995, p. 306-308). Mandela passou 27 anos encarcerado, até ser libertado em 1990. Libertado, viajou pelo mundo em busca de apoio pelo fim do regime segregacionista. Ganhou um Prêmio Nobel da Paz e, em 1994, foi eleito presidente da África do Sul, o primeiro negro a alcançar esse posto. Além de Mandela, outras figuras e lideranças negras, como Steve Biko e Desmond Tutu (arcebispo de Joanesburgo), se destacaram na linha de frente pelo fim do Apartheid.

Cabe citar ainda que o Apartheid teve suporte internacional durante muitos anos, principalmente durante a Guerra Fria. Entretanto, o apoio do exterior ao governo segregacionista sul-

¹² Congresso Nacional Africano (CNA).

¹³ Congresso Pan-Africanista (PAC).

africano foi se reduzindo ao longo dos anos. Durante o processo de descolonização do continente, a África do Sul ficou cada vez mais isolada no cenário internacional, principalmente de países vizinhos como Rodésia do Sul (atual Zimbábue), Moçambique e Angola, sofrendo com sanções e bloqueios econômicos. Uma das áreas mais afetadas pelo isolamento foi o esporte. Os sul-africanos foram suspensos e impedidos pela FIFA¹⁴ e pelo COI¹⁵ de disputar a Copa do Mundo de futebol masculino e os Jogos Olímpicos respectivamente por mais de duas décadas (AGOSTINO, 2011, p. 214-215).

O regime segregacionista do Apartheid terminou oficialmente em 1994, após anos de negociação, encerrando assim um pesadelo racial e social de quase quatro décadas, que teve grande impacto negativo na sociedade negra da África do Sul e do continente africano como um todo.

Refugiados belgas na África do Sul no Apartheid

A concepção de refúgio e de refugiado

A migração por refúgio está presente em vários momentos da história humana, porém, foi formalizada apenas no século XX, logo após o término da II Guerra Mundial. Na antiguidade há registros de migrações forçadas de diversos povos, como cartagineses e judeus, mas o termo refugiado foi utilizado pela primeira vez apenas no século XVII durante a fuga de aproximadamente 200 mil protestantes franceses, conhecidos como huguenotes. Após a revogação do Édito de Nantes¹⁶ e a perseguição religiosa, eles tiveram que buscar refúgio em outros locais e foram classificados

¹⁴ Federação Internacional de Futebol (FIFA).

¹⁵ Comitê Olímpico Internacional (COI).

¹⁶ O Édito de Nantes, foi um documento assinado em 1695 que impedia a perseguição religiosa e dava a liberdade para a prática do protestantismo pela população huguenote.

como uma categoria distinta de migrantes, já que não podiam mais contar com a proteção de seu Estado (AGUIAR, 2021, p. 13-14).

Os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, deram um novo status aos refugiados devido ao alto número de deslocamentos que o conflito deixou em diversas regiões do mundo, principalmente na Europa, Ásia e Oriente Médio. Nas palavras de Hobsbawm (1995, p. 58) a guerra global fez com que a humanidade aprendesse a viver em um mundo onde o exílio em massa tornou-se uma experiência cotidiana. Com o grande fluxo de pessoas desenraizadas, principalmente na Europa, a ONU primeiramente criou em 1950 o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). A agência tinha como principal objetivo cuidar da questão do refúgio e zelar pela proteção dos deslocados forçados. No ano seguinte a entidade realizou uma Convenção onde foi ratificado o Estatuto dos Refugiados, que definia pessoas em situação de refúgio aquelas:

Como resultado de eventos ocorridos antes de 1 de janeiro de 1951 e devido ao medo de serem perseguidas por motivos de raça, religião, nacionalidade ou por pertencerem a um grupo social ou de opinião política específica. Que estejam fora do país de sua nacionalidade e sendo incapaz ou, devido para tal medo, não estando dispostas a se valerem da proteção daquele país; ou que, não tendo uma nacionalidade e estando fora do país de sua antiga residência habitual como resultado de tais eventos, sejam incapazes ou, devido a tal medo, não estejam dispostas a ele retornarem (UNHCR, 2010. Tradução nossa).¹⁷

¹⁷ Versão original: “As a result of events occurring before 1 January 1951 and owing to well founded fear of being persecuted for reasons of race, religion, nationality, membership of a particular social group or political opinion, is outside the country of his nationality and is unable or, owing to such fear, is unwilling to avail himself of the protection of that country; or who, not having a nationality and being outside the country of his former habitual residence as a result of such events, is unable or, owing to such fear, is unwilling to return to it” (UNHCR, 2010).

Inicialmente, as medidas limitavam-se apenas à situação dos deslocados europeus em eventos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951. Os altos fluxos migratórios de pessoas em situação de refugiados, porém, continuaram crescendo, após a ratificação do Estatuto do Refugiado. Conflitos em diversas regiões, processos de descolonização na Ásia e África e mudanças no plano geopolítico devido a Guerra Fria, fizeram o número de deslocados aumentar exponencialmente, ao longo dos anos. Esta situação gerou um novo documento da ONU que buscava se adequar à nova realidade e que ficou popularmente conhecido como *Protocolo de 1967*. As principais alterações em relação ao Estatuto anterior foram a abolição das restrições temporais e geográficas (UNHCR, 1967).

A condição de estar em situação de refúgio é algo bastante complexo que pode causar, inclusive, efeitos na identidade destes indivíduos e impactos na situação social de seus Estados de origem e daqueles que os acolhem. Jubilut (2007, p. 26) define que a situação dos refugiados é um paradoxo da proteção *versus* produção de refugiados. Segundo a autora, os deslocados são tratados como um problema oriundo de outro problema gerado por quem cria este problema e que deve ser responsável pela segurança destes indivíduos. Assim tornam-se figuras inconvenientes e indesejadas (ARENDETT, 1989, p. 314) em uma condição social de pária que combina exclusão, desprezo, vergonha e repúdio por parte de uma sociedade ou uma comunidade (VARIKAS, 2014, p. 2016). Em outras situações, os refugiados podem ser tolerados e mais bem-aceitos caso seja de interesse do Estado que está os acolhendo, como ocorre atualmente com os refugiados ucranianos.

No caso dos refugiados belgas na África do Sul, é curioso que sendo europeus eles poderiam muito bem retornar para a Bélgica, mas optaram por buscar refúgio em outro Estado africano que também detinha uma rica população branca e que via com bons olhos os acolher. Possíveis razões para isso seriam a própria tentativa de retomar o controle de seus territórios coloniais no Congo, o sentimento de superioridade racial frente à população africana e uma forte ligação identitária com os brancos que viviam na África do Sul, algo que o artigo irá discutir com mais profundidade nos próximos tópicos.

Os belgas que buscaram abrigo na África do Sul podem ser entendidos como refugiados?

O conceito de refugiado não é estático nem definitivo. É fluído. Entendido de maneiras diferentes pela academia, pelos órgãos internacionais e pelas identidades dos sujeitos em deslocamento, ele pode assumir diferentes formas e significados, dependendo do ponto de vista do qual partimos. A solicitação de refúgio, por exemplo, não garante que a pessoa seja de fato refugiada aos olhos da lei, mesmo que ela se identifique como refugiada em uma situação de fuga do país de origem. Um interessante caso sobre a fluidez desse conceito é dos norte-coreanos que escapam da Coreia do Norte pela fronteira com a China. Os órgãos de proteção aos refugiados reivindicam a eles o status de refugiados, o qual é negado pela China (que os considera imigrantes econômicos) e pela própria Coreia do Norte (que os vê como desertores). A Coreia do Sul os considera cidadãos coreanos, quando lá chegam. Os fugitivos, porém, ficam em um limbo identitário e de status que torna sua situação de vulnerabilidade pior ainda e mais duradoura nos diversos países pelos quais circulam (MAGALHÃES, 2018).

Considerando então que a ideia de refúgio depende de fatores que podem não coincidir com um status legal e que está sujeita à identificação, tanto do sujeito que se desloca, quanto da sociedade receptora, pode-se indagar se os belgas na África do Sul durante o Apartheid seriam ou não refugiados, considerando que são brancos de países colonizadores do Congo interagindo com brancos herdeiros dos colonizadores na África do Sul.

De acordo com Lazlo Passemiers (2022), chamar de refugiados os antigos metropolitanos brancos que viviam no Congo à época da Crise do Congo e que procuraram abrigo em países vizinhos por causa deste evento histórico, seria um anacronismo no entendimento atual, levando em consideração as normativas do período. Pensando no texto do Estatuto dos Refugiados de 1951, eles legalmente não poderiam ser vistos como tal, uma vez que não eram cidadãos congolezes e tinham nacionalidade de um país terceiro ao qual lhes era permitido retornar.

Ainda assim, os belgas que evadiram do Congo, logo que a violência se desencadeou na antiga colônia após a independência, viam-se genuinamente como refugiados (PASSEMIERS, 2022), o que reforça novamente a tese de que a identidade de refugiado não depende do reconhecimento legal e oficial pelo país de acolhimento. Neste caso, alguns dos governos que os receberam, a mídia ocidental e organizações de apoio humanitário compartilhavam desta retórica (PASSEMIERS, 2022). Podemos assumir, portanto, que o status dos belgas na África do Sul durante o Apartheid era ambíguo, sendo reivindicado por eles e por outros atores como refúgio, mas não pelo Estatuto vigente naquele momento.

Cabe perguntarmos também se essa identificação como refugiados pelos diferentes atores não teria a ver com certa simpatia pelo fato deles serem brancos. Caso fossem fugitivos negros da violência do Congo, naquele período, teriam eles sido recebidos pela África do Sul com o mesmo acolhimento? A resposta nos parece óbvia, devido às características do Apartheid.

O acolhimento de refugiados belgas na África do Sul

A província do Catanga (antiga Shaba), no sudeste da atual República Democrática do Congo, faz fronteira com a atual Zâmbia, que era chamada de Rodésia do Norte e fazia parte da Federação Centro-Africana (FCA), território controlado pela África do Sul. Ela gozava de certa autonomia com relação à capital: só havia se juntado ao resto do Congo 6 anos antes da Segunda Guerra Mundial e seus governantes não tinham apreço pelos governantes de Léopoldville (OTHEN, 2018). Como afirma Christopher Othen (2018), o Catanga sempre foi diferente: sua ocupação foi feita por empresas capitalistas privadas (M'BOKOLO, 2017); ali, “o capitalismo colonial floresceu” (M'BOKOLO, 2017, p. 249).

A riqueza mineral do Catanga era explorada pela *Union Minière*. Quando eclodiu a Crise do Congo, mais de 30.000 belgas viviam no Catanga, a maioria deles trabalhadores da mineradora ou de uma de suas fornecedoras (KENYON, 2018). Para boa parte deles, a alternativa ao motim das forças armadas foi atravessar a

fronteira com a Rodésia do Norte, onde o governo lhes ofereceu proteção (KENYON, 2018); muitos belgas vivendo em outras partes do Congo também fizeram a mesma escolha. Em 9 de julho, o motim das forças armadas chegou ao Catanga e a fuga da população belga branca em direção à fronteira da Rodésia do Norte se iniciou (KENYON, 2018).

Além da proximidade geográfica e da já citada mobilidade espacial entre as elites brancas do sudeste e do leste africanos, outros fatores explicam tanto o oferecimento de acolhimento por parte das autoridades sul-africanas para a população branca congoleza, quanto a escolha de boa parte desta mesma população pela África do Sul. Primeiro, a familiaridade que belgas e outros europeus vivendo no Congo já tinham com a África do Sul: ela era um dos seus destinos frequentes de férias (PASSEMIERS, 2022). Segundo, a solidariedade demonstrada ao menos em um primeiro momento, entre as elites brancas dos diversos domínios coloniais em África: rotinas migratórias foram flexibilizadas para facilitar os trâmites de entrada dos refugiados belgas, salões de cabelo modificaram seus horários de atendimento, grupos de europeus e africanos brancos queriam se unir para combater o exército congolês (PASSEMIERS, 2022). Terceiro, o Catanga era muito mais ligado economicamente aos interesses da rede branca da África Austral do que ao resto do Congo: até a década de 1950, o refino do cobre da província só conseguia ser feito a preços competitivos por conta do uso do carvão proveniente das Rodésias, por exemplo (M'BOKOLO, 2017); a região, inclusive, foi cobiçada por Cecil Rhodes e a *British South Africa Company* (M'BOKOLO, 2017). Por último e por causa do Apartheid, o país era enxergado pelas elites brancas em África como um lugar em que seus ideais estariam salvaguardados (PASSEMIERS, 2022).

Enquanto em outras regiões africanas a acolhida dos refugiados belgas foi breve, na África do Sul os esforços não só foram prolongados, como também direcionados para que eles permanecessem no país (PASSEMIERS, 2022).

Segundo Lazlo Passemiers (2022), o *South African Immigration Trust*, uma organização apoiada pelo governo e criada para atrair

imigrantes brancos à África do Sul e seus territórios, agiu rapidamente, seguido pelo Estado: representantes foram enviados a cidades africanas como Nairobi e Dar es Salaam para persuadirem belgas a irem para o país, além de propagandas terem sido veiculadas em grandes meios de comunicação. Incentivos, como passagens de trem e ônibus, além de vales para alimentação e abastecimento eram dados para quem escolhia ir para a África do Sul. A sociedade branca sul-africana oferecia suas residências de veraneio para que os refugiados se acomodassem, enquanto não providenciassem suas próprias moradias. Aqueles que encontravam uma moradia, tinham um benefício garantido pelo governo para bancar seus gastos básicos até que encontrassem um emprego. A eles, também foram oferecidos programas de qualificação laboral e financiamentos.

O programa sul-africano de incentivo e ajuda a refugiados belgas parou de ser acessível a novos requerentes em 30 de setembro de 1960. Em maio do ano seguinte, em 1961, quase todo o investimento destinado ao programa já havia sido gasto: 89% de seu orçamento (PASSEMIERS, 2022). O estado africano que mais recebeu esses refugiados foi justamente a Federação Centro-Africana. Suas estatísticas totais foram:

[...] 2.342 requerentes de refúgio cruzaram a fronteira sul-africana até o final de 1960 e 748 solicitaram residência. Um relatório da embaixada belga na Cidade do Cabo afirma que desses 2.342, cerca de 1.500 eram belgas, dos quais 80% exigiam ser repatriados para a Bélgica ou para o Congo (PASSEMIERS, 2022, p. 47)¹⁸

No fim, 300 belgas acabaram se estabelecendo definitivamente na África do Sul, boa parte deles com a esperança de retornarem ao Congo (PASSEMIERS, 2022).

¹⁸ Tradução dos autores. Versão original: “[...] 2.342 refuge seekers had crossed the South African border by the end of 1960, and 748 had applied for residency. A report by the Belgian embassy in Cape Town states that of 2.342, about 1.500 were Belgians, of whom 80 percent demanded to be repatriated to Belgium or Congo” (PASSEMIERS, 2022, p. 47).

Considerações finais

A colonização belga no Congo foi pautada pela exploração do povo negro e pelo apagamento das especificidades étnicas entre seus povos, obrigando-os a conviverem sob uma bandeira nacional na qual não se reconheciam. Nesse contexto, grupos étnicos passaram a se ver como inimigos, sendo os colonizadores os maiores beneficiários e incentivadores desse processo. Hierarquias sociais entre brancos e negros constituíram-se no estopim do fim do sistema colonial vigente, culminando com o motim disparado pela fala de Janssens de que não reconheceria o processo de independência do Congo. Tal fato desencadeou uma violência dos soldados congolezes contra os belgas, que então fugiram maciçamente do país em direção a outros territórios africanos que os acolheram.

O processo de descolonização do Congo, portanto, envolveu a expulsão dos colonizadores brancos e de seus descendentes de seu território, durante a Crise. No começo da década de 1960, fuga de belgas da violência no território congolês representou um segundo povoamento branco de belgas nos países africanos: uma convergência de interesses geopolíticos e racistas fez com que o principal destino desses fugitivos fosse justamente a África do Sul, país que estava sob o regime racista do Apartheid. A solidariedade branca e o projeto de branqueamento do país justificaram essa mobilidade de brancos belgas, do Congo para a África do Sul. Ações protagonizadas pela *South African Immigration Trust* e pelo próprio governo sul africano para atrair e dar suporte de todo tipo a esses belgas foram determinantes para que a acolhida desses brancos no país se consolidasse.

A revisão bibliográfica sobre o processo de descolonização do Congo e sobre a fuga dos belgas para a África do Sul durante o Apartheid, revela que a identidade branca segregacionista foi o principal condutor da acolhida sul-africana aos brancos que fugiam da violência contra eles na Crise do Congo. Ainda que tenham sido motivados pela violência sofrida, a mesma recepção não teria sido possível se as vítimas tivessem sido os negros. Muito pelo contrário: eventuais fugitivos negros estariam vivendo em

limbos de campos de refugiados, a exemplo do que hoje ocorre em países como Sudão do Sul e Uganda.

Referências

AGOSTINO, Gilberto. **Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

AGUIAR, Marcia Ernani. **Prática médica e imigração: o caso dos refugiados sírios na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 366. 2021.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CHANAIWA, David. A África Austral. In: MAZRUI, Ali A., WONDJI, Christophe (Orgs). **História geral da África, VII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, p. 295-334, 2010.

CORNEVIN, Robert. **Le Zaïre**. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: breve século XX: 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

KENYON, Paul. **Dictatorland: the men who stole Africa**. Londres: Head of Zeus, 2018.

M'BOKOLO, Elikia. O “separatismo katanguense”. In: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (orgs.). **No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estados na África**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MAGALHAES, Valéria B. Relatos de refugiados norte-coreanos: história oral e narrativas autobiográficas. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, v. 3, p. 146-166, 2018. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/4143/3151>, acesso em: 25 nov. 2022.

MANDELA, Nelson. **Longo caminho para a liberdade**: uma autobiografia. São Paulo: Siciliano, 1995.

MERRIAM, Alan P. **Congo**. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1963.

MUNANGA, Kabengele. A República Democrática do Congo - RDC. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (org.). **Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI : (2 : Rio de Janeiro : 2007)**: o Brasil no mundo que vem aí. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/al000109.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2022.

OTHEN, Christopher. **Katanga 1960-63**: mercenaries, spies and the African nation that waged war on the world. Gloucestershire: The History Press, 2018.

PASSEMIERS, Lazlo. Apartheid South Africa's reaction to Congo's white refugee seekers, 1960-61. **Africa Today**, v. 69, n. 1 e 2, p. 37-61, 2022.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A revolução sul-africana**: classe ou raça, revolução social ou libertação nacional? São Paulo: Editora Unesp, 2012.

UNHCR. Convention and Protocol relating to the status of refugees. Geneva: **United Nations High Commissioner for Refugees Communications and Public Information Service**. 2010. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/protect/PROTECTION/3b66c2aa10.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

UNHCR. Protocol relating to the Status of Refugees. **United Nations High Commissioner for Refugees**. New York, 31 jan. 1967. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/protocol-relating-status-refugees>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

VARIKAS, Eleni. **A escória do mundo**: figuras do pária. São Paulo: Editora UNESP, 2014.